

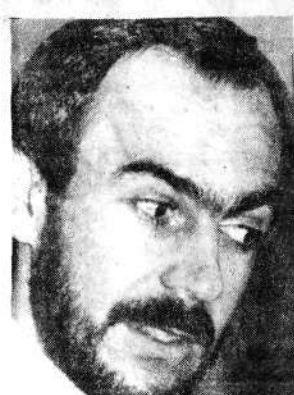
Cardoso Alves



Jorge Vianna



Alysson Paulinelli



Vicente Bogo

Agricultura vai acirrar conflitos ideológicos

REJANE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

Ainda não há um número definitivo, mas avalia-se em cerca de 200 os constituintes envolvidos com os problemas agrícolas do País. Dispersos por todos os partidos e provenientes de diversas regiões, esses parlamentares já começaram a agrupar-se em pelo menos duas facções claramente delineadas: a Frente Parlamentar da Agricultura e o Grupo Constituinte de Apoio ao Trabalhador Rural e à Reforma Agrária.

Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, o que separa esses dois blocos não é uma simples disputa política pelos votos da área rural. As divergências são mais profundas e envolvem conceitos ideológicos sobre a propriedade da terra, empolgam ministros de Sarney e estabelecem uma rede invisível de vinculações com as dezenas de entidades representativas do setor agrícola, sejam ligadas aos latifundiários sejam defensoras dos sem-terra.

O deputado Jorge Vianna (PMDB-BA) é fundador e um dos principais articuladores da Frente Parlamentar da Agricultura, que reúne cerca de 70 constituintes e defende posições mais à direita para questões como a reforma agrária. A entidade tem a sala da Comissão de Agricultura da Câmara como seu quartel-general e não está preocupada com a concorrência do Grupo Constituinte de Apoio ao Trabalhador Rural: "São uns gatos pingados, não passam de meia dúzia", garante Vianna.

Já o deputado Vicente Bogo (PMDB-RS), um dos líderes do bloco agrícola mais à esquerda na Constituinte, admite que o seu grupo é numericamente inferior (a reunião mais concorrida só atraiu 20 parlamentares), mas acredita que conseguirá conquistar os constituintes de centro para os seus objetivos em torno da reforma agrária.

Vianna e Bogo concordam que poderiam estar unidos no momento em que reivindicam alterações na política agrícola do Governo, principalmente a garantia dos preços mínimos, mas não têm dúvidas de que as "profundas diver-



gências de opinião" aparecerão tão logo se instale a subcomissão de Política Agrícola da Constituinte. Por isso, já prepararam as armas para a dura batalha que se travará nos próximos dois meses, quando o texto elaborado pelo órgão deve ser apresentado à comissão da Ordem Econômica.

Em seu esforço para fortalecer-se, o grupo de Vicente Bogo conquistou um aliado importante: o ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira. Quanto ao bloco de Jorge Vianna, contaria com a simpatia do ministro Iris Rezende, da Agricultura, com o qual os frentistas já se reuniram diversas vezes.

Os dois grupos também não dispõem apoios de entidades de classe: a Contag, por exemplo, está claramente ao lado do Grupo de Apoio ao Trabalhador Rural, enquanto a OCB tende a apoiar sem reservas as posições defendidas pela Frente.

Consenso mesmo, além do repúdio à política agrícola do Governo, as duas facções parlamentares só demonstram quando se trata de criticar a UDR. Para ambos, trata-se de uma organização de extrema-direita disposta a tumultuar o processo democrático do País.

GRUPO

O deputado Vicente Bogo faz questão de delimitar as preocupações de seu grupo aos pequenos produtores e aos trabalhadores rurais em regime de economia familiar. Para defender os interesses dos latifundiários, segundo ele, existem outros parlamentares que estariam "se utilizando politicamente de questões como a fixação dos preços mínimos para impedir a reforma agrária".

De acordo com o deputado gaúcho, a política agrícola não deve ter como objetivo único o aumento da produção, já que a propriedade tem uma função social irrecusável: "Dos 500 milhões de hectares agricultáveis do Brasil, menos de um quinto é ex-

plorado. Além disso, apenas 342 latifundiários têm sozinhos 47,5 milhões de hectares, enquanto tanta gente permanece sem acesso à terra e inchando as periferias urbanas".

Para Bogo, as desapropriações para fins de reforma agrária devem começar pelos latifúndios improdutivos e chegar até aos que produzem, "se for necessário para assegurar a justiça social". Ele também considera prioritárias as áreas próximas aos grandes centros, que devem ser desapropriadas para abrigar pequenas plantações de subsistência. Terras públicas que não sejam em parques nacionais nem reservas indígenas e — "obviamente" — propriedades estrangeiras também estão na mira do parlamentar.

E as indenizações? O deputado aponta várias fórmulas, mas entende que os critérios devem ser definidos caso a caso: "É importante rever o processo histórico da acumulação da terra. Não se pode tratar da mesma forma um grileiro de terras alheias e alguém que recebeu a propriedade por herança, resultante de uma longa tradição familiar".

Ele admite utilizar o valor declarado no ITR como parâmetro para algumas indenizações, mas repele com veemência a possibilidade de pagamentos a preços de mercado.

Junto com Bogo no Grupo Constituinte de Apoio ao Trabalhador Rural estão políticos de todos os partidos, ligados ao campo especialmente pela origem de seus votos. Lado a lado, estão o pedetista Amaury Muller, o "xiita" do PMDB Domingos Leonelli, o pedessista Victor Faccioni e o pefelista Erico Pegoraro.

FRENTE

A Frente Parlamentar da Agricultura também reúne constituintes de diversos partidos. Estão lá o ex-ministro da Agricultura Alysson Paulinelli (PFL), os deputados Cardoso Alves e Ivo Vanderlinde, do PMDB, e o pedecista Paulo Roberto Cunha, entre outros. Partidos como o PT não estão representados porque, segundo o deputado Jorge Vianna, "a extrema esquerda é mais votada nos grandes centros e não costuma ter vinculações

com o campo".

Vianna orgulha-se em classificar a sua organização como "o maior agrupamento suprapartidário da Constituinte" e promete atrair novos adeptos. Ele reage contra as afirmações de que estaria interessado apenas em assegurar na Constituinte os interesses do latifúndio: "Tem gente aí querendo arvorar-se em defensor dos pequenos proprietários, enquanto nós encarnamos o poder econômico. Não é nada disso: agora mesmo estamos empenhados em resolver os problemas do pequeno cafeicultor".

Advertindo que o trabalhador rural é o maior prejudicado quando o proprietário perde, o deputado baiano afirmou que o objetivo da Frente é "permitir que o homem continue no campo". Isso seria possível, em sua opinião, melhorando as condições de vida na área rural, já que o agricultor não estaria migrando para a cidade por falta de terras, "mas atraído por confortos urbanos como a televisão".

Cobrando a paternidade de medidas governamentais como a correção mensal dos preços mínimos e a instituição da Caderneta Verde do Banco do Brasil, Jorge Vianna criticou a divisão das forças parlamentares ligadas à agricultura. "É verdade que os conflitos ideológicos em torno da reforma agrária nos separarão no futuro, mas quando se trata de política rural estamos de acordo e deveríamos atuar conjuntamente".

O deputado também condenou a posição da Contag, que estaria preocupada meramente com a desapropriação de terras. O importante, a seu ver, é definir um modelo agrícola que viabilize o assentamento: "Da forma incompetente como está administrando as terras desapropriadas, o Governo só agrava o problema do campo", advertiu.

Citando o modelo da Bulgária, que tem apenas 300 grandes fazendas nas mãos do Estado e acumula êxitos agrícolas, Vianna chegou a sugerir a adaptação daquele sistema ao capitalismo brasileiro. "Não importa o tamanho da propriedade, se ela estiver sendo bem administrada haverá trabalho para todos".